

O SR. VINICIUS CAMARINHA - PSDB - Presidente, saudando aqui a Secretaria da Fazenda, que é autora do projeto, evidentemente que junto com o governador, o secretário Samuel, o secretário Rogério, o chefe de gabinete Dr. Eduardo. Brilhante projeto.

Consignar aqui a satisfação de ter trabalhado junto com todos os líderes em assembleia. E consignar, com certeza, o meu voto “sim”, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputado Vinicius Camarina, líder da Federação PSDB Cidadania, vota “sim”.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Como não tem garantia do recurso do ICMS, além da quota-parte, para os municípios... Apenas os 25% da quota-parte, a bancada do PT vota “não”.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputado Luiz Claudio Marcolino vota “não”.

O SR. DONATO - PT - Eu voto “não”. Presidente, só uma pergunta. Tem Jetom quando elogia o Governo, ou não?

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Donato vota “não”, deputado. Sem Jetom.

O SR. DONATO - PT - Então é de graça mesmo.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É de graça.

Mais algum dos Srs. e Sras. Deputados gostaria de fazer o seu voto? (Pausa.) Não havendo mais deputados querendo fazer o seu voto, passaremos agora para a alteração do voto. Pergunto a V. Exas., Sras. e Srs. Deputados, algum dos senhores gostaria de alterar o seu voto? (Pausa.) Não havendo deputa-dos querendo alterar o seu voto, passaremos, agora, à proclamação do resultado de votação.

-Verificação de votação pelo sistema eletrônico.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Votaram “sim” 56 deputados, votaram “não” 14 deputados, mais este presidente, totalizando 71 votos, quórum suficiente para aprovar o projeto substitutivo apresentado pelo congresso de comissões, ficando prejudicados o projeto e as emendas.

Lembrando-os, ainda, Sras. e Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma segunda sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término desta sessão, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

-NR - A Ordem do Dia para a 40ª Sessão Extraordinária foi publicada no D.O. de 28/09/2023.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Também nos termos do Art. 18, inciso III, alínea “d”, combinado com o Art. 45, § 5º, ambos do Regimento Interno, convoco uma reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação a realizar-se hoje, cinco minutos após o término desta sessão, no Salão Nobre da Presidência, com a finalidade de oferecer a redação final para o Projeto de lei nº 1.246, de 2023, de autoria do Sr. Governador.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, parabenizar V. Exa. como presidente desta Casa, deste Parlamento, o maior parlamento da América Latina, pela forma como V. Exa. vem conduzindo este Parlamento, ao mesmo tempo parabenizar cada líder desta Casa, da base aliada, deputado Carlos Cezar, deputado Altair, todos os deputados líderes aqui.

Fazer uma homenagem ao líder, deputado Vinicius Camarina, que muito foi importante no seu relatório, no seu parecer. Ao mesmo tempo, parabenizar também o secretário executivo da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, o Rogério, que muito ajudou na questão de esclarecimentos aos deputados, mostrando a questão técnica, a importância desse projeto.

Parabenizar também o secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Samuel Kinoshita, parabenizar este Parlamento, Sr. Presidente, que todos estes deputados vieram atender aos anseios da população, fazendo com que o sentimento do governador do estado de São Paulo, o governador Tarcísio de Freitas, querendo colocar a presença do Estado na vida do cidadão, na vida das pessoas, desburocratizando a máquina pública.

Então eu faço agora a minha homenagem, as nossas homenagens a todos os deputados desta Casa, todos os deputados da base aliada, os deputados da oposição também, que muito contribuíram em relação às emendas importantes, para melhorar o projeto.

Ai, fazer a nossa homenagem ao nosso governador Tarcísio de Freitas por ter a sensibilidade que ele tem e o respeito que ele tem com todos os deputados, inclusive os deputados da oposição.

É só isso que eu queria colocar nesta comunicação, Sr. Presidente, e, mais uma vez, ratificar os parabéns a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Obrigado, deputado Jorge Wilson. Também quero cumprimentar a todos os Srs. Parlamentares pela aprovação desse importante projeto, que vai gerar receita para o estado de São Paulo, facilitar a vida do contribuinte que está em débito com a Fazenda do Estado, propiciando recursos para que o nosso Estado possa investir mais em todas as suas áreas, bem como possa ser feita a transparência de recursos para os nossos municípios do estado de São Paulo, que estão passando por enormes dificuldades financeiras.

Esgotado o tempo desta sessão e o objeto, está encerrada a sessão.

-Encerra-se a sessão às 19 horas e 8 minutos.

27 DE SETEMBRO DE 2023 40ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: ANDRÉ DO PRADO

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Abre a sessão. Estando em discussão e votação o Projeto de lei nº 1245/23, a Presidência informou haver sobre a mesa emendas com o número regimental de assinaturas. Assim a propositora retornou ao exame das Comissões, ficando adiada a sua apreciação. Encerra a sessão.

-Abre a sessão o Sr. André do Prado.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior. Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Discussão e votação do Projeto de lei nº 1.245, de 2023, de autoria do Sr. Governador.

Há sobre a mesa 13 emendas de plenário, todas com o número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 175, inciso II, do Regimento Interno. Motivo pelo qual o projeto retorna às comissões.

Esgotado o objeto da presente sessão, está encerrada a nossa sessão.

-Encerra-se a sessão às 19 horas e 20 minutos.

28 DE SETEMBRO DE 2023 111ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CARLOS GIANNAZI e REIS

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - REIS

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI

Defende a derrubada do veto ao PLC 61/23.

4 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA

Por inscrição, faz pronunciamento.

5 - PRESIDENTE REIS

Assume a Presidência. Cumprimenta a deputada Paula da Bancada Feminista pelo seu pronunciamento. Agradece ao deputado Carlos Giannazi pelo apoio em defesa à derrubada do veto ao PLC 61/23.

6 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

7 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência.

8 - REIS

Por inscrição, faz pronunciamento.

9 - REIS

Assume a Presidência.

10 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

11 - DONATO

Por inscrição, faz pronunciamento.

12 - PRESIDENTE REIS

Tece considerações sobre matéria atinente a leitos hospitalares.

13 - CONTE LOPES

Por inscrição, faz pronunciamento.

14 - CONTE LOPES

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

15 - PRESIDENTE REIS

Defere o pedido. Comenta sobre obra realizada na região de Tiradentes bem como acerca de práticas na área da Segurança Pública. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 29/09, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

-Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Dando início à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Vinicius Camarina. (Pausa.) Com a palavra a deputada Fabiana Bolsonaro. (Pausa.) Com a palavra a deputada Mária Lia. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Jorge do Carmo. (Pausa.) Com a palavra o deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Com a palavra a deputada Thainara Faria. (Pausa.) Com a palavra o deputado Sebastião Santos. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Com a palavra o deputado Itamar Borges. (Pausa.) Com a palavra o deputado Alex Madureira. (Pausa.) Com a palavra o deputado Delegado Olim. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Com a palavra a deputada Solange Freitas. (Pausa.) Com a palavra o deputado Valdomiro Lopes. (Pausa.) Com a palavra o deputado Reis, que fará o uso regimental da tribuna.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Já aqui de prontidão, presidente Carlos Giannazi. Cumprimentar o público presente, os funcionários desta Casa, os integrantes da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Polícia Técnico-Científica, da Polícia Penal.

Dizer para a Polícia Penal que nós não esquecemos dela não, é que ontem a reunião era com o secretário da Segurança Pública, mas em breve vai ter a reunião com o secretário da Administração Penitenciária, da SAP. Cumprimentar também a deputada Paula da Bancada Feminista e todos aqueles e aquelas que estão em suas residências e nos acompanham pela Rede Alesp.

Presidente, hoje, ao abrir o Diário Oficial, eu vi lá a prática de “projeticídio” provocado pelo Tarcísio, o bárbaro, o matador de projetos dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas. Ele usa a mesma frase para todos os vetos, é como se fosse o “Ctrl + C” e o “Ctrl + V”. O texto está pronto, Sr. Presidente, o texto já está pronto, ele só copia e cola.

Eu fiquei muito chateado com tudo isso porque esse Projeto de lei Complementar nº 061, que busca fazer justiça à categoria policial civil, era muito esperado pelos policiais civis, muitos que estão aguardando para se aposentar e estavam esperando a sanção desse projeto para poder se aposentar.

Mas eu posso dizer para vocês, que já têm tempo para se aposentar, que se aposentem e vão à justiça, porque a justiça está dando ganho de causa. A justiça está reconhecendo o direito de que o policial possa se aposentar na classe em que ele estiver.

Esse projeto viveu seis meses tramitando aqui nesta Casa, seis meses para ser vítima de “projeticídio”, porque antes tinha o genocídio, agora tem o “projeticida” e assim vai. É o matador de projetos, o matador de esperanças. Então ele ficou seis meses tramitando nesta Casa desde o seu nascedouro até agonizar na sede do carrasco.

Ele ficou agonizando lá na sede do governador Tarcísio por vários dias, desde quando foi aprovado aqui. Ele teve que passar por várias pessoas, recebendo parecer favorável, e uma reunião bastante participativa aqui nesta Casa, Sr. Presidente, deputada Paula, que eles chamam Congresso de Comissões.

Então, aquele Congresso avalia a importância dos projetos, e aquele Congresso entendeu que esse projeto, sim, é importante para sanar esse vício que tem na Lei 1.354, que destoa da reforma da Previdência nacional.

Mas o governador não teve dó. E olha que eu conversei com vários secretários. Eu conversei com o secretário Kassab. Sabe que o secretário Kassab, presidente Giannazi, é um cara difícil você brigar com ele, né? Porque ele nunca te diz não, mas também nada acontece.

Ele fala: “Não é justo, deputado, V. Exa. tem razão”, mas a coisa não se consolida. Conversei com o secretário Caio. Conversei com o secretário Kinoshita. Olha que eu fui atrás de todo mundo, por conta da importância desse projeto. E o único secretário - vou fazer justiça - que se colocou para ajudar e que tentou convencer o governador foi o secretário Derrite.

Ele falou: “Deputado, eu vejo que realmente é uma injustiça, porque na Polícia Militar tem o posto imediato, na aposentadoria os policiais ganham aposentadoria, ganham um cargo, ganha uma promoção na aposentadoria, e na aposentadoria do Policial Civil, ele perde uma promoção”.

Então ele falou: “Esse projeto faz justiça”, e ele ligou na minha frente para o governador. Então, ele tentou convencer o governador, mas o governador só teve ouvidos para a Spprev. Porque o veto dele ele fala da Spprev, que a Spprev disse que

vai desequilibrar. Só meia dúzia de policiais que se aposentam por aí no dia a dia, só poucos.

Nós temos poucos policiais. Muitos trabalham até os 75 anos para não ter redução salarial. Ou seja, eles dão lucro pro estado, porque eles poderiam já estarem aposentados, e eles ainda continuam trabalhando.

Só saem na expulsória, e a expulsória no estado hoje - por conta da “PEC da Bengala”, que foi aprovada lá em Brasília - é aos 75 anos. Então, o funcionário da Polícia Civil, ele pode trabalhar até os 75 anos de idade.

Então, esses que estão lá ainda trabalhando, se sacrificando para que não tenha redução de salário - porque se aposentar vai ter uma redução no seu salário - eles estão dando lucro pro estado. O estado está tendo um proveito.

Porque o estado teria que repor, teria que estar fazendo concurso, e nem isso o governo reconheceu. O carrasco, o matador de projetos, o “vetador-geral” do estado, o “projeticida”, o bárbaro, chamado Tarcísio de Freitas, não reconheceu.

Ele não teve dó, e ele deixou muitos policiais chateados, muitos. Porque eu postei o vídeo sobre o veto, e já, em 24 horas, mais de cinco mil pessoas assistiram esse vídeo, e todos reclamando, porque muitos estavam esperançosos de que teria o veto.

E agora o governador, todo seu secretariado, que não é de São Paulo - um ou outro que é de São Paulo - a maioria dos seu secretariado veio de fora, veio de outros estados. Porque ele também não é de São Paulo, agora ele tem conhecimento.

Então, ele que mande um projeto para cá. Se ele acha que esse não pode, porque tem vício, porque vai mexer com a Spprev, então ele mande. Porque o governo agora tem conhecimento desse problema que tem na Polícia Civil, desses policiais tão abandonados, tão agredidos, tão vítimas de agressão do governo de plantão. E passa governo, a agressão continua, entra governo, a agressão continua.

Governo que engana a categoria, governo que vem enganando, porque ele se dizia que ia trabalhar para melhorar as condições dos policiais. No entanto, quando ele tem a oportunidade, com o seu poder de imperador, de dar a resposta para essa categoria, ele nega, ele simplesmente vira as costas. Foi isso que aconteceu com o Sr. Governador, o Tarcísio, “projeticida”, Tarcísio, “vetador-geral” do estado, Tarcísio, inimigo dos policiais civis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Com a palavra, a deputada Paula da Bancada Feminista. Manifesto nosso total apoio ao deputado Reis. Vamos derrubar o veto, deputado Reis, ao seu PLC 61. O veto vai chegar à Alesp e a nossa luta agora é pela derrubada do veto.

Com a palavra, a deputada Paula da Bancada Feminista. A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, deputado Giannazi, que preside esta sessão, boa tarde, deputado Reis, às pessoas que nos acompanham na galeria e também pela Rede Alesp e a todos os funcionários e funcionárias desta Casa.

-Assume a Presidência o Sr. Reis.

Quero dizer, Sr. Presidente, que hoje é um dia muito importante. Hoje, dia 28 de setembro, é o Dia Latino-americano e Caribenho de Luta pela Legalização do Aborto, e nós, feministas, nós, mulheres comprometidas com a luta das mulheres, estamos também hoje em luta, como estivemos todos os dias. Mas estamos hoje em luta para falar sobre um assunto que é polêmico, mas que é muito importante, que é a necessidade da legalização do aborto no Brasil.

Eu digo isso porque, enquanto nós escolhemos não debater a legalização do aborto como uma questão de Saúde Pública, nós estamos deixando que mulheres morram vítimas do aborto inseguro, especialmente mulheres negras nas periferias de todo o nosso País. A cada dois dias, uma mulher morre por essa causa.

O aborto é um procedimento comum na vida das mulheres brasileiras. Muitas pessoas que nos acompanham podem não saber, mas provavelmente conhecem uma mulher que já fez um aborto aqui em nosso País.

Isso porque a Pesquisa Nacional do Aborto diz que uma a cada sete mulheres, de até 40 anos, já passou pelo procedimento do aborto. E são as mulheres negras que apresentam a maior probabilidade de fazer um aborto em todas as idades.

Então, como eu disse e reafirmo, provavelmente cada um e cada uma de vocês conhece alguém que já realizou esse procedimento na nossa sociedade. E a gente precisa debater isso sem demagogia, a gente precisa debater isso como uma questão de saúde pública, de fato. Porque a criminalização do aborto não impede a existência desse procedimento.

Pelo contrário, o que existe é um mercado de clínicas clandestinas que cobram alto custo para fazer esse procedimento em mulheres, também com altíssimo risco. As mulheres que não podem pagar - no geral mulheres negras, mulheres pobres, desesperadas por interromper a gestação e pouco instruídas - acabam apelando para métodos inseguros que colocam em risco sua vida, como medicamentos vencidos, por exemplo.

Uma mulher negra tem 46% de chance de realizar o aborto. Isso significa que, para cada dez mulheres brancas que realizam o procedimento, vão existir 15 mulheres negras na mesma situação.

Por isso, nós reafirmamos: o aborto é uma questão de saúde pública, de igualdade de gênero e racial. A descriminalização do aborto está sendo debatida no Supremo Tribunal Federal, em até doze semanas. Vai ser julgada em uma ação que foi proposta pelo PSOL, meu partido.

Eu parabenizo, inclusive, o voto da ministra Rosa Weber, que está prestes a se aposentar e que deixou ontem a cadeira de Presidência do Supremo Tribunal Federal, que é um voto técnico-jurídico impecável, que fala o quanto o aborto não é uma questão moral, não é uma questão religiosa. É uma questão de saúde pública e, juridicamente, faz muito sentido que exista a descriminalização do aborto no País.

Descriminalizar o aborto não significa aumentar o número de abortos no Brasil. Pelo contrário, significa só que não vamos criminalizar mulheres que passam pelo procedimento. Nós não nos queremos presas, nós não nos queremos mortas.

Na verdade, o aborto legal, seguro e gratuito é uma recomendação da Organização Mundial da Saúde. É por isso que a nossa luta não é só pela descriminalização do aborto, é pela legalização do aborto.

É por isso que falamos que essa luta precisa ser combinada com a luta pela educação sexual, por métodos contraceptivos eficazes e para o aborto legal também. Os estudos apontam que, nos países em que o aborto é legalizado, há uma redução não só na mortalidade de mulheres, mas também no número de abortos.

Nos últimos anos, a América Latina foi tomada por uma onda verde. Em países como Argentina, México, Colômbia e Uruguai, o aborto foi descriminalizado.

A legalização significa também abordar o assunto para que todas as pessoas que gestam tenham acesso à informação, a métodos contraceptivos, a direitos reprodutivos. O nosso mandato luta e tem o compromisso para que o mesmo aconteça no Brasil e essa Onda Verde também chegue aqui no Brasil.

Vai ser um passo importante na busca por políticas públicas que garantam o acesso à Saúde e aos direitos reprodutivos de mulheres, de todas as pessoas que gestam, especialmente das mulheres negras.

O aborto precisa ser debatido e descriminalizado no Brasil. Eu digo isso porque, como eu já falei bastante aqui no plenário,

Sr. Presidente, eu estou gestando e esperando uma filha que, em poucos meses, vai nascer.

E essa gestação é tão importante para mim, porque ela foi uma gestação escolhida por mim. Eu escolhi gestar. Eu escolhi ser mãe e eu luto pelo dia em que todas as mulheres poderão fazer da maternidade também uma escolha.

E cada deputado e deputada que sobe aqui para dizer o contrário, para nos chamar de criminosas porque nós, supostamente, estamos querendo acabar com vidas., eu digo que são esses mesmos deputados e deputadas - e vocês podem prestar atenção - que são contra a educação sexual nas escolas, que são contra métodos contraceptivos.

Para essas pessoas, sem educação sexual, sem métodos contraceptivos nas UBSS, a única coisa que resta é a nossa morte - a morte das mulheres, a morte das mulheres negras - e nós não aceitaremos isso.

Então, vim com esse lenço para dizer que hoje é um dia importante. Nós também estaremos nas ruas para nos manifestarmos favoravelmente à descriminalização por meio da ADPF, mas, mais do que isso, a que o aborto legal, seguro e gratuito seja uma política pública em todo o País.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Parabéns, deputada Paula, pela sua fala e nós estamos esperando, com ansiedade, a chegada da Flora.

Vamos seguir na lista do Pequeno Expediente. O próximo orador é o deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputado Rafael Saraiwa. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputado Donato. (Pausa.) Deputado Rogério Santos. (Pausa.) Deputado Simão Pedro. (Pausa.) Deputado Tomé Abduch. (Pausa.)

Deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputado Capitão Telhada. (Pausa.) Deputado Atila Jacomussi. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.)

Deputado Carlos Giannazi, tem V. Exa. o tempo regimental para uso da tribuna.

E muito obrigado pelo apoio, que nós vamos lutar juntos pela derrubada do veto ao PLC 61.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Deputado, presidente Reis, todo o nosso apoio ao seu PLC 61. Deputado, presidente Reis, olhe, como sempre faço quando venho à esta tribuna nos últimos dias, nas últimas semanas, eu venho cobrando o governador Tarcísio e o secretário da Educação em relação ao Projeto de Lei das APDs.

Tem até um “card” que eu queria colocar aqui no telão. Nós estamos cobrando diariamente o protocolo desse PLC, desse Projeto de lei Complementar que vai flexibilizar as APDs nas escolas estaduais.

Hoje é dia 28 de setembro, já são 206 dias. Está aqui, olhe, 206 dias desde o início do governo e o projeto não chegou na Assembleia Legislativa para que nós possamos votar em caráter de extrema urgência e resolver, de uma vez por todas, essa situação, garantindo que as APDs sejam feitas em local de livre escolha do Magistério Estadual.

É simples assim. Basta só o governo encaminhar o projeto, como já foi prometido inúmeras vezes. Então fica aqui, mais uma vez, essa denúncia e essa exigência do nosso mandato, Sr. Presidente.

Quero ainda, Sr. Presidente, aproveitar para continuar denunciando e cobrando. Ontem eu vim à tribuna e falei sobre esse tema, mas a situação está se alastrando por várias escolas e por várias Diretorias de Ensino. Eu me refiro aqui a uma empresa que presta serviço, uma empresa terceirizada, de limpeza das escolas estaduais.

Ontem, nós conversamos com os diretores e as diretoras da Diretoria de Ensino de Diadema e nós fomos informados que lá tem 23 escolas sem servidoras de limpeza. Porque essa empresa, que eu quero colocar aqui o nome dela para que todos saibam, é a Fusion.

Na verdade, o nome oficial é GF Serviços - Grupo Fusion. Está aqui, olhe, ela é uma empresa que terceiriza serviços. “Por que terceirizar?”, está o logo dela, tem aí dois “cards” que eu selecionei. “Como a terceirização de serviços pode ajudar na redução de custos na sua empresa ou condomínio?”. O fato é que nós estamos falando aqui de escola pública, Sr. Presidente.

Essa empresa abandonou as suas funcionárias, os seus funcionários, não está mais pagando. Me parece que ela faluiu e nós temos várias escolas, centenas de escolas no estado de São Paulo sem limpeza: Diadema, Campinas, Guarulhos e até mesmo aqui no centro, na região da Diretoria de Ensino do centro, ao lado da Secretaria Estadual de Educação, nas barbas do secretário Renato Feder, dono da Multilaser.

Ele resolve tudo com aplicativo, com computador, mas não resolve uma situação como essa de limpeza. Então as escolas estão sem limpeza e muitas delas são escolas PEI, onde os alunos ficam o dia todo. As diretoras me dizendo que são obrigadas a fazer a limpeza ou pagar do próprio bolso faxineiras para fazerem a limpeza das escolas porque não tem mais nenhuma funcionária.

Nós já estamos acionando o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público estadual, porque esse modelo de terceirização da Educação não funciona, Sr. Presidente. E pensar que o Tarcísio, o governador, anunciou que vai terceirizar agora as zeladorias das escolas estaduais. Ele vai piorar a situação.

Quero deixar claro que nós somos totalmente contra a terceirização, a privatização, sobretudo na área da Educação. Esse modelo não funciona, está penalizando imensamente várias escolas do nosso Estado. Nós queremos concurso público para o quadro de funcionários dessa área.

Tem que abrir concurso público, ter funcionários fixos não dependentes dessas empresas que são golpistas. Elas abrem CNPJ, começam e depois abandonam as suas trabalhadoras que, em geral, são mulheres que estão fazendo esse tipo de trabalho nas escolas, dando golpe nas funcionárias, nas escolas e no próprio Estado. E o Estado lava as suas mãos e abandona também as escolas.

É grave essa situação. Por isso que nós exigimos concurso público e o fim desse modelo de terceirizações, e que essa empresa seja investigada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, todos esses contratos, porque essa é mais uma. Porque a todo momento nós recebemos essas denúncias, deputado presidente Reis.

O tempo todo nós temos empresas com esse mesmo comportamento, essas empresas terceirizadas. Então é importante que a Secretaria da Educação tome providências, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, o Ministério Público estadual e o Ministério Público do Trabalho.

Nós estamos fazendo todo um movimento aqui para que todos sejam acionados. E peço, Sr. Presidente, para que cópias do meu pronunciamento sejam encaminhadas em caráter de extrema urgência para o governador Tarcísio de Freitas e para o secretário da Educação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Defiro o pedido de V. Exa. para que as cópias das notas taquigráficas sejam encaminhadas ao Sr. Governador. Peço para V. Exa. assumir novamente a Presidência desta sessão.

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando seqüência à lista de oradores inscritos, com a palavra o deputado Gil Diniz. (Pausa.) Com a palavra a deputada Andréa Werner. (Pausa.) Com a palavra o deputado Dr. Eduardo Nóbrega. (Pausa.) Com a palavra o deputado Marcos Damasio. (Pausa.)